

PARECER Nº OS3/18

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 005-2018

Autor: Vereador JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR

Institui na Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista o Dia de combate ao "bullying" escolar e dá outras providências.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunindo seus membros nesta data, após ouvir os argumentos do nobre Vereador Relator, conclui pela constitucionalidade e legalidade da matéria, fazendo do competente Relatório o seu Parecer.

Portanto, esta Comissão emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Decreto Legislativo nº 005-2018, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 11 de julho de 2018.

Comissão de Constituição Justiça e Redação:

MÁRIO CÉSAR GARMS THIMÓTEO Presidente da Comissão e Relator

JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR

Vice-Presidente

CM Parasuatu Paulista

Protocolo Datable a 25-662 11/07/2015 91:46:18 Responsible 17 7~7



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Projeto de Decreto Legislativo nº 005-2018

Autor: Vereador JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR

Institui na Câmara Municipal de Paraguaçu Paulista o Dia de combate ao "bullying" escolar e dá outras providências.

RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo em pauta foi encaminhado a este relator para análise e Parecer.

O mesmo visa instituir na Câmara Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista o "Dia de Combate ao Bullyng Escolar."

De acordo com a justificativa apresentada pelo Vereador/Autor, Bullying é a prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, entre pares, que ocorra sem motivação evidente, praticada por um indivíduo ou grupo de indivíduos, contra urna ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir fisicamente, isolar, humilhar, ou ambos, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

Neste sentido, é importante criar uma campanha, envolvendo toda a sociedade no combate a essa forma de violência.

A proposta se enquadra quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos do art. 207 do Regimento Interno da Casa e art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

VOTO DO RELATOR

Analisados todos os aspectos que me competem, manifesto meu **VOTO FAVORÁVEL**, de forma a dar continuidade aos trâmites regimentais deste Projeto, recomendando a esta Comissão o mesmo procedimento.

Palácio Legislativo Água Grande, 11 de julho de 2018.

MÁRIO CÉSAR GARNS THIMÓTEO

Relator